

---

## O PERFIL ANDROC NTRICO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA EM PERIÓDICOS ON-LINE (1998-2018)

Vagner André Morais Pinto

Geografia

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

vampmorais@gmail.com

---

### El perfil androc ntrico de la geografía brasileña en las revistas en línea (1998-2018)

**Resumen.** La centralidad de los artículos científicos publicados en revistas online para la valorización del conocimiento geográfico ha sido un proceso más intenso en Brasil en las últimas dos décadas. Partiendo del principio de que personas, instituciones y lugares est n asimétricamente involucrados en esta din mica, establecemos un perfil de la producción científica entre mujeres y hombres en el contexto de la geografía brasileña expresada en esta forma de comunicación acad mica. El estudio de autoría de 20.865 artículos en 97 revistas reveló importantes disparidades de g nero. Las mujeres han registrado una mayor participación en términos de publicaciones en los últimos años, pero siguen siendo menos expresivas tanto en el número total de artículos como en el prestigio de los vehículos y la autoridad científica. La comprensión y el abordaje de estas cuestiones apuntan a las geometrías de poder implicadas en un amplio abanico de actores y contenidos en este campo científico, así como a las diferentes escalas en las que se disputan los recursos materiales y simbólicos.

**Palabras clave:** geometrías del poder; epistemología; g nero; cienciometría; Brasil

---

### El perfil androc ntric de la geografia brasilera en les revistes en l nia (1998-2018)

**Resum.** La centralitat dels articles científics publicats en revistes en línia per a la valorització del coneixement geogràfic ha estat un procés més intens al Brasil en les últimes dues dècades. Partint del principi que persones, institucions i llocs estan asim trament involucrats en aquesta din mica, vam establir un perfil de la producció científica entre dones i homes en el context de la geografia brasilera expressat en aquesta forma de comunicació acad mica. L'estudi d'autoria de 20.865 articles en 97 revistes va revelar importants disparitats de gènere. Les dones han tingut una major participació en termes de publicacions en els últims anys, però continuen sent menys expressives tant en el nombre total d'articles com en el prestigi dels vehicles i l'autoritat científica. La comprensió i l'abordatge d'aquestes qüestions apunten a les geometries de poder implicades en un ampli ventall d'actors i continguts en aquest camp científic, aix  com a les diferents escales en les quals es disputen els recursos materials i simbòlics.

**Paraules clau:** geometries del poder; epistemologia; gènere; cienciometria; el Brasil

---

### The androcentric bias of brazilian geography in online journals (1998-2018)

**Abstract.** The centrality of articles in online journals for geographical knowledge evaluation is, in Brazil, a really intense process in the last two decades. Assuming that people, institutions and places are asymmetrically involved in this dynamic, we established a profile of scientific production between women and men in brazilian geography expressed in this academic communication modality. The authorship search of 20,865 articles in 97 journals resulted in significant gender disparities. Women have registered a greater participation in terms of publications in recent years, however, they are still less expressive both in the total number of articles and in the prestige of the vehicles and scientific authority. The understanding and confrontation of these issues relate to the geometries of power involved in a wide range of actors and contents of this scientific field, as well as in the different scales where material and symbolic resources are in dispute.

**Keywords:** power-geometries; epistemology; gender; scientometrics; Brazil

---

### O perfil androcêntrico da geografia brasileira em periódicos on-line (1998-2018)

**Sumário.** A centralidade dos artigos científicos veiculados em periódicos on-line para a valoração do conhecimento geográfico é, na realidade brasileira, um processo mais intenso nas últimas duas décadas. Partindo do princípio de que pessoas, instituições e lugares estão assimetricamente implicadas nesta dinâmica, estabelecemos um perfil de produção científica entre mulheres e homens no contexto da geografia brasileira expressa nesta modalidade de comunicação acadêmica. O levantamento de autorias de 20.865 artigos em 97 revistas evidenciou significativas disparidades de gênero. As mulheres registraram maior participação em termos de publicações nos últimos anos, todavia, ainda são menos expressivas tanto no total de artigos quanto no prestígio dos veículos e da autoridade científica. O entendimento e enfrentamento destas questões reportam para as geometrias de poder implicadas em vasta gama de atores e conteúdos deste campo científico, bem como nas diferentes escalas onde recursos materiais e simbólicos estão em disputa.

**Palavras-chave:** geometrias de poder; epistemologia; gênero; cientometria; Brasil.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o fim do último século, políticas governamentais de fomento para a pesquisa científica, atreladas com a preocupação do ordenamento territorial, configuraram novos arranjos e dimensões das espacialidades produtoras deste saber no país. Os atuais 77 programas (sendo 75 em universidades públicas) avaliados na Área de Geografia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma das principais entidades de financiamento da ciência no Brasil, correspondem a mais do que o triplo dos 18 existentes em 1998 e também compõem um processo de interiorização destes cursos para além da Região Sudeste e Sul do país (Brasil, 2022). Ademais, com a organização em meios eletrônicos os periódicos adquiriram maior centralidade quanto à busca, difusão e, principalmente, avaliação por conta de indexadores (Mugnaini *et al.*, 2019). No caso brasileiro, isto é evidente a partir do Qualis Periódicos, da CAPES, cuja lógica piramidal classifica os periódicos em estratos hierárquicos (A1, mais qualificado, passando por A2, B1, B2, B3, B4 e B5) e, por conseguinte, promove competição por recursos entre programas quando se estabelecem cotas de produção para ingresso e permanência de docentes e discentes nos mesmos, por exemplo (Bastos, 2014; Brasil, 2019).

Neste contexto, conforme foi salientado por Michel Foucault (Foucault, 1985) as relações de poder são inerentes aos processos econômicos, relações sexuais e, sobretudo, na instituição do conhecimento. Não existiria um pretense maniqueísmo binário e global entre dominadores e dominados mas, sim, correlações de força múltiplas e que atravessariam todo o corpo social sob amplos efeitos de clivagem. Por sua vez, Doreen Massey (Massey, 2000 [1991]) entendia que a imaginação, a política e, certamente, a geografia do jogo escalar de potências, ou geometrias de poder, implicariam no entrelaçamento da instituição de espacialidades hegemônicas de produção de conhecimento com a manutenção de padrões androcêntricos. Estudos como o de Joseli Silva (Silva, 2009) e Tamires César (César, 2019) já evidenciaram a impermeabilidade e a invisibilidade do gênero na configuração de certa historiografia geográfica nacional e, também, estas implicações na instituição de trajetórias acadêmicas renomadas neste campo (Bourdieu, 2004). As relações de gênero e as demais diferenças nas condições da produção científica compõem, então, tais espacialidades e tensionam teorias, conceitos e métodos legitimados pela comunidade geográfica brasileira. A presente investigação trata, assim, destas relações de poder na geografia brasileira em suas discrepâncias na representatividade de gênero em seus produtos científicos.

A operacionalização da pesquisa consistiu na análise de 20.865 publicações entre 1998-2018 em 97 revistas disponíveis on-line e organizadas no Observatório da Geografia Brasileira (OGB), criado e mantido desde 2008 pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-Brasil). Desta maneira, foi possível estabelecer proporções de representatividade na autoria de artigos entre homens e mulheres na geografia brasileira.

Na primeira das duas partes do texto, discuto como dadas características androcêntricas do fazer científico moderno, enquanto campo disciplinar, podem ser problematizadas a partir da sua necessária diferenciação social. Ao passo que, na segunda parte, trato destas implicações assimétricas no contexto da produção científica geográfica veiculada em revistas editoradas no Brasil.

## 2. GEOMETRIAS DE PODER E O FAZER CIÊNCIA

A estruturação e o advento da ciência moderna reportam para configurações políticas, culturais e econômicas pelo Ocidente europeu nos séculos XVI e XVII. Os interesses e as demandas cada vez mais técnicas das sociedades mercantis da época conjugariam intensa interdependência com artefatos tidos como progressivamente mais potentes e úteis para esta conjuntura que se instituía. Um tipo de

saber embasado na comprovação empírica, sistemática e de formulações gerais decorrentes da racionalidade disputaria, cada vez mais, relevância com as compreensões de mundo pautadas na tradição mística e teológica. Embora não tenha ocorrido uma completa ruptura nos pressupostos da busca por uma verdade única, a ciência se mostraria um instrumento de poder tão ou mais válido do que a religião para, principalmente, a articulação da economia capitalista e das ações da emergente burguesia da época (Jacob, 1988). O conhecimento científico estaria, assim, primordialmente vinculado com toda uma gama de projeções de interesses que, no caso das ciências sociais, seriam profundamente indissociáveis, pois, «há uma conexão entre a consolidação de uma economia-mundo baseada no modo de produção capitalista no ‘Ocidente’ em expansão (±1640-1815) e a constituição das *ciências sociais* (±1850-1914[45?]), isto é, a formação de um domínio específico do conhecimento, dividido em disciplinas supostamente autônomas (antropologia, ciência política, economia, geografia, história e sociologia) e, também, a criação de um aparato institucional capaz de preservar e fomentar a especialização do conhecimento. Isto ocorre em conjunto com a conversão da economia-mundo europeia em um empreendimento realmente global (1815-1917), que reforça a divisão do conhecimento estabelecida no núcleo do sistema e a impõe sobre praticamente todo o planeta. Esta correlação fica ainda mais nítida se levarmos em conta a grande questão que subjaz a *todas* as disciplinas das ciências sociais: explicar a ascensão do ‘Ocidente’, isto é, explicar o processo global do qual as próprias ciências sociais são uma expressão» (Mariutti, 2009, p. 38).

Ainda no princípio daquela que seria comumente conhecida como Revolução Científica, as mulheres tinham considerável participação em áreas vinculadas à astronomia, farmacologia, cuidados de enfermos e grávidas (Aquino, 2006). Todavia, o posterior advento do modo de produção capitalista implicou na pretensa, e mais eficiente, separação entre espacialidades domésticas e públicas interferindo significativamente na organização da produção científica e tecnológica. Com a especialização e profissionalização dos cientistas em sistemas formais de ensino o acesso às escolas e universidades tornou-se difícil para as mulheres, tendo estas que assumir o cuidado da casa e dos filhos (Schienbinger, 2001). Tal modo de se fazer ciência angariou legitimidade se sustentando em estereótipos de longa data que associavam características de racionalidade, competitividade, independência e objetividade como inerentes aos homens e, por conseguinte, de irracionalidade, passividade, dependência, ternura, emotividade e subjetividade próprias das mulheres. Características supostamente femininas estas que não serviriam para o devido desenvolvimento de uma carreira científica, visto que as qualidades desejáveis para se fazer esta ciência seriam encontradas sobretudo nos homens (García e Sedeño, 2002).

Neste sentido, María Lugones (Lugones, 2014) afirmou que a modernidade nega a existência de outros mundos e de diferentes ontologias e que, nesta ação, a colonialidade acaba por roubar a validade e coexistência de outros espaços e outros tempos. Em diálogo com Anibal Quijano (Quijano, 2009), a autora aprofundou aspectos da brutalidade epistêmica decorrente deste processo: «O sistema de poder global, capitalista, moderno colonial, que Anibal Quijano caracteriza como tendo início no século XVI nas Américas e em vigor até hoje, encontrou-se não com um mundo a ser estabelecido, um mundo de mentes vazias e animais em evolução. Ao contrário, encontrou-se com seres culturais, política, econômica e religiosamente complexos: entes em relações complexas com o cosmo, com outros entes, com a geração, com a terra, com os seres vivos, com o inorgânico, em produção; entes cuja expressividade erótica, estética e linguística, cujos saberes, noções de espaço, expectativas, práticas, instituições e formas de governo não eram para ser simplesmente substituídas, mas sim encontradas, entendidas e adentradas em entrecruzamentos, diálogos e negociações tensos, violentos e arriscados que nunca aconteceram. Ao invés disso, o processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados» (Lugones, 2014, p. 941).

Este princípio taxônomico e indiscriminado, com o intento de obter um conhecimento aparentemente objetivo e universal, também é questionado por Gérard Fourez (Fourez, 1995). O autor entende a racionalidade científica como um conhecimento intrinsecamente vinculado a uma dada cultura e, por conseguinte, decorrente de uma maneira particular de ver o mundo: «Para tomar consciência da importância dessa cultura científica partilhada, basta tentar ler uma obra ‘científica’ do século XVI: logo se estará persuadido de que é necessária uma cultura comum para que a universalidade do discurso científico seja operacional. E, aliás, basta aprender uma ciência (ou seja, aculturar-se, familiarizar-se com essa abordagem do mundo) para poder compreender as práticas dessa disciplina em todas as partes do mundo» (Fourez, 1995, p. 161).

Ao passo que Quijano salientou que o eurocentrismo não deve ser entendido apenas como a perspectiva cognitiva dos europeus ou daqueles que exercem certo(s) tipo(s) de dominação. Por mais que ocorra a implicação de um componente etnocêntrico, o aspecto principal decorreria da introjeção intelectual presente «durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que *naturaliza* a experiência dos indivíduos neste padrão de poder» (Quijano, 2009, p. 74-75). Deste modo, tomar enquanto simplesmente dadas as categorias, os padrões, as lógicas e as ações, sobretudo na ciência científica, nos impede de refletir e de questionar a este respeito, bem como permite que reproduzamos inconscientemente todo um arranjo aparentemente coeso e fechado de ideias.

Donna Haraway argumenta em defesa do conhecimento de caráter situado e corporificado contra os diversos postulados genéricos e não localizáveis da ciência moderna (Haraway, 1995). O ato de conhecer é estabelecido a partir de uma conexão parcial, pois, não é possível ‘estar’ em simultâneo tanto em todas quanto inteiramente em apenas uma posição privilegiada/subjugada que seja estruturada por gênero, raça, nação, classe ou nível de instrução, por exemplo. É o reconhecimento crítico desta posição cognoscente limitada, imperfeita mas, também, com a possibilidade de vínculos com outras posições passíveis de serem localizadas que forneceria a objetividade; e não a identidade, ou a auto-identidade, em si. Assim, a busca por melhores explicações de mundo, ou seja, ‘ciência’ não deveria partir da totalidade e, tampouco, do subjetivismo ou relativismo e, sim, de «saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia» (Haraway, 1995, p. 23).

Posturas críticas mas, também, humildes sobre o fazer ciência viabilizam uma reflexão rica, diversa e com abertura para novas imaginações e proposições políticas por, justamente, refletir sobre as condições e desafios em que o conhecimento é (re)produzido. Neste sentido, Massey defendia que o modo como imaginamos o espaço, seja no trabalho intelectual, na vida social ou na prática política, importa! (Massey, 2000 [1991]; 2015 [2005]). Concepções de espaço e tempo atreladas tão somente com a materialidade, o progresso linear e entidades anônimas e impessoais negam o caráter múltiplo e sempre inacabado das relações humanas, bem como do inerente exercício de poder pelas mesmas. Deste modo, podemos entender que o poder é instituído e articulado de modos inerentemente geográficos e exerce, assim, uma cartografia própria que pode ser compreendida através do conceito de geometrias de poder (*power-geometries*). Também denominada como geometrias de poder do tempo-espaço (Massey, 1999), esta formulação foi publicada inicialmente na revista teórica do Partido Comunista da Grã-Bretanha, *Marxism Today*. Partindo de sua realidade cotidiana, Massey retratou: «Vivemos em uma época - costuma-se dizer - em que as coisas estão se acelerando e se disseminando. O capital está passando por uma nova fase de internacionalização, especialmente em termos financeiros. Mais pessoas viajam com frequência e para lugares mais distantes. Suas roupas são provavelmente feitas numa variedade de países que vão da América Latina ao sudeste asiático. Seus jantares consistem de comida importada do mundo inteiro [...] Essa visão da época atual é constantemente encontrada numa variedade de livros e jornais [...] Discute-se - ou, mais usualmente,

afirma-se - que esse processo atingiu um novo impulso, alcançou um estágio novo. Trata-se de um fenômeno que foi chamado de 'compressão de tempo-espaço'. E a aceitação geral de que algo desse tipo está acontecendo é marcada pelo uso quase obrigatório, na literatura, de termos e expressões tais como 'aceleração', 'aldeia global', superação de barreiras espaciais', 'ruptura de horizontes', e assim por diante» (Massey, 2000 [1991], p. 177).

Embora não tenha explicitado diretamente, neste primeiro texto, a autora se refere principalmente à celebrada obra *Condição Pós-Moderna*, de David Harvey. Em termos mais específicos, tratou das mudanças na experiência do tempo e do espaço decorrentes da lógica expansionista e mutável do modo de produção capitalista - discutidas inicialmente pelo teórico alemão Karl Marx (1818-1883); e que, segundo Harvey estariam, desde aproximadamente 1972, em uma configuração sem precedentes. A terminologia 'compressão do tempo-espaço' foi, então, cunhada para designar os «processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra 'compressão' por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vez o mundo parece encolher sobre nós [...] À medida que o espaço parece encolher numa 'aldeia global' de telecomunicações e numa 'espaçonave terra' de interdependências ecológicas e econômicas [...] e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente [...], temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de *compressão* dos nossos mundos espacial e temporal» (Harvey, 2008 [1989], p. 219) <sup>1</sup>.

Apesar de entender que o espaço não é redutível somente à distância e de que também o espaço não pode ser aniquilado pelo tempo, pois são mutuamente implicados, Massey reconhece os desafios epistemológicos provocados pelo aumento na velocidade de transporte e de comunicação. Contudo, agora em capítulo de livro acadêmico editorado pela *Routledge*, ela questiona diretamente: «Para Harvey, são, em seus próprios termos, tempo, espaço e dinheiro que fazem o mundo girar, e nós girarmos (ou não) o mundo. São o capitalismo e a nossa experiência do espaço. No entanto, isso é claramente insuficiente. Há muitas outras coisas que claramente influenciam esta experiência como a etnia e gênero, por exemplo. O grau em que podemos nos mover entre países, ou caminhar pelas ruas à noite, ou pegar transporte público, ou se aventurar ao sair de hotéis em cidades estrangeiras, não é influenciado simplesmente pelo 'capital'» (Massey, 1993, p. 61) <sup>2</sup>.

Para a autora, os diferentes grupos sociais e indivíduos se relacionam de modos muito discrepantes com estes fluxos e interconexões. Cita, por exemplo, pessoas que usualmente cruzam o mundo velozmente e exercem altíssimo mando decisório, os *jet-setters*, em comparação com milhões de refugiados que peregrinam sem rumo; assim como salienta o papel daqueles que escrevem sobre a compressão do tempo-espaço, os cientistas. Enquanto alguns se responsabilizam diretamente por esta mobilidade diferenciada, outros apenas ficam na sua extremidade receptora ou são efetivamente reféns dela. Tal proposição conceitual, portanto, compreende um jogo escalar diverso e reticular entre grupos sociais, lugares e instituições em interações culturais, econômicas, políticas e, claro, epistêmicas: «[...] a compressão do tempo-espaço precisa de diferenciação social<sup>3</sup> [...] Não se trata simplesmente de uma questão de distribuição desigual, de que algumas pessoas movimentem-se mais do que outras e que alguns tenham mais controle do que outros. Trata-se do fato de que a mobilidade

<sup>1</sup> Grifo do autor

<sup>2</sup> Tradução livre. No original: "For Harvey it is, in his own terms, time space and money which make the world go round, and us go round (or not) the world. It is capitalism and our experience of space. This is, however, clearly insufficient. There are many other things that clearly influence that experience, for instance, ethnicity and gender. The degree to which we can move between countries, or walk about the streets at night, or take public transport, or venture out of hotels in foreign cities, is not influenced simply by 'capital' (Massey, 1993, p. 61).

<sup>3</sup> A publicação de *Justice, Nature and the Geography of Difference* (1996) por David Harvey foi, de certa forma, uma consideração ao debate em questão.

e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a influência dos já enfraquecidos. A compressão do tempo-espaço de alguns grupos pode solapar o poder de outros» (Massey, 2000 [1991], p. 180).

As geometrias de poder implicam nestas segregações espaciais e nas disparidades da capacidade de mobilização de recursos entre cientistas. Apesar do amplo alcance e renome global de instituições como Massachusetts Institute of Technology (MIT) e California Institute of Technology (Caltech), paradoxalmente estes são lugares de produção do conhecimento isolados sob padrões generificados.

«É recapitulação de uma velha estória da história ocidental: a reclusão espacial do deserto para os primeiros pensadores cristãos, o surgimento de mosteiros como lugares de elite da produção do conhecimento, as universidades medievais. Todos eles lugares que cristalizaram, através da espacialização, uma separação entre mente e corpo. Uma noção de ciência como afastamento do mundo [...] A 'masculinidade' dos tecnopolos do mundo hoje, não é nem um produto e nem pode ser medido pelo fato da esmagadora dominância, nele, de empregados homens. É um resultado de uma história mais longa e mais profunda da construção do gênero que, ela própria, foi/é incluída espacialmente na construção de 'lugares do conhecimento' defensivos, especializados» (Massey, 2015 [2005], p. 207-208).

Enquanto expressão territorial das relações de gênero, o acesso diferenciado ao espaço acadêmico evidencia as implicações existentes entre esta dimensão da sociedade e os atributos propriamente geográficos. O gênero, entendido aqui enquanto uma categoria analítica, relacional e produzida nas e pelas relações de poder (Scott, 1995; Louro, 2003) institui distintas espacialidades se considerarmos que estas últimas são entendidas como «os modos em que as móveis constelações de poder/saber e posições de sujeitos são constituídos através da produção e performance do espaço como um 'ordenar' ao invés de uma 'ordem fixa' e fechada» (Thrift, 2007, p. 55 *apud* Gregory *et al.*, 2009, p. 717).

A ciência está implicada nesta complexa malha de elementos articulados por um conjunto de instituições que vão desde o Estado, universidades, empresas, sociedades de cientistas, bem como corpos editoriais de periódicos técnico-científicos. Assim como em quaisquer outras instituições, estas possuiriam uma inclinação, consciente ou não, por preservar o *status quo* em parte porque ideias tidas como não ortodoxas ameaçariam sua autoridade, mas, sobretudo, porque há o medo da ruína dos edifícios intelectuais que foram laboriosamente erigidos em decorrência de tal impacto (Alves, 2003). Ademais, se deve salientar o estatuto específico da comunidade científica que é formado por reconhecimentos de autoridade tanto internos (técnica) quanto externos (social) (Fourez, 1995). A autoridade, neste sentido, é inerente ao exercício de poder em espaços institucionais, visto que repousa no consentimento e na adesão de vontades pelo reconhecimento de uma superioridade de ordem moral, intelectual, de competência, de coragem, da experiência, ou seja, de valores ou de funções que aqueles que detêm a autoridade representam (Castro, 2010).

A concepção de Pierre Bourdieu de que, em dadas conjunturas (científicas, políticas, culturais), existem agentes concretos(as) que utilizam de estratégias, de negociações ou até mesmo de prestígio para a permanência e ascensão nestes contextos é uma possibilidade compreensiva destas configurações do conhecimento científico. Visando outra via explicativa que não o engendramento próprio e, tampouco, a simples relação direta entre o que é produzido em si e diversas demandas exteriores, o autor formulou uma hipótese na qual «entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece à leis sociais mais

ou menos específicas [...] A noção de campo está aí para designar este espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas próprias leis» (Bourdieu, 2004. p. 20).

Esta perspectiva conceitual considera tanto o interesse e a possibilidade de ação dos(as) integrantes do campo, dos arranjos decorrentes de princípios acordados e do papel das entidades e das disposições destes(as) mesmos(as) integrantes. Deste modo, o viés determinista e causal da relação texto-contexto é ampliado para uma concepção mais relacional e complexa ao comportar distintas variáveis e possibilidades de entendimento. O campo científico é, por conseguinte, instituído por e a partir de relações de poder visto que consistiria, fundamentalmente, em «um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças [...] o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são [...] os princípios do campo [...] É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem ou não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição» (Bourdieu, 2004. p. 22-24).

Portanto, a compreensão do que diz ou faz, ou, especificamente do que pesquisa e publica, um(a) agente engajado no meio acadêmico está implicada diretamente com a posição ocupada neste campo, com o aspecto relativo a saber «de onde ele[a] fala» (Bourdieu, 2004. p. 24). A procedência institucional, seja enquanto formação intelectual ou atuação profissional, bem como as espacialidades de produção ou circulação de pesquisas implicam, assim, nas disposições e nos princípios de percepção e apreciação das atividades acadêmicas dos(as) agentes no campo. Tal como, «as preferências acadêmicas são formadas socialmente ao longo da trajetória de formação acadêmica e profissional, bem como no envolvimento com diversos ambientes sociais que constituem a vida acadêmica [...] Tais preferências se materializam no produto da atividade acadêmica – obras, *papers*, formação de grupos de pesquisa, participação em associações de pesquisa, etc» (Hey, 2007, p. 102).

As preferências acadêmicas são incorporadas em projetos de vida com objetivos múltiplos e interagem com demais projetos, individuais ou coletivos, em um campo de possibilidades (Velho, 2003). Trajetórias de pesquisa podem ser, então, deveras discrepantes em termos de condições de ingresso, facilidade de circulação, obtenção de prestígio e vantagem competitiva se analisados, por exemplo, marcadores sociais como gênero, raça, sexualidade e renda (César, 2019; Ratts, 2011; Santos, 2020).

Neste sentido, na seção seguinte deste artigo, trato das implicações do gênero no contexto das últimas décadas de avaliação e (re)produção da ciência geográfica articulada em periódicos on-line a partir do Brasil.

### 3. GÊNERO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA GEOGRÁFICA BRASILEIRA

A crise no regime de acumulação do modo de produção capitalista ocorrida no início da década de 1970 demandou reestruturações em diversos ramos produtivos em escala global, a citar estratégias de flexibilização de prestações de serviços e fragmentações espaciais na cadeia produtiva com o objetivo de economizar custos como mão-de-obra e matéria-prima. Não o foi diferente no contexto da educação superior, na qual foi introduzida uma lógica mercantilista com vistas de maximizar o exercício docente nas instituições com o acúmulo de atividades pedagógicas, investigativas e também administrativas. No Brasil, tornam-se mais evidentes as consequências destas reordenações apenas nos anos 90 por meio de profundos processos de privatização e a instauração de um viés mercadológico no ensino, suprimindo as características da universidade de espaço privilegiado para a formação humana e produção de conhecimentos proveitosos para sociedade (Mancebo, 2010). Bem

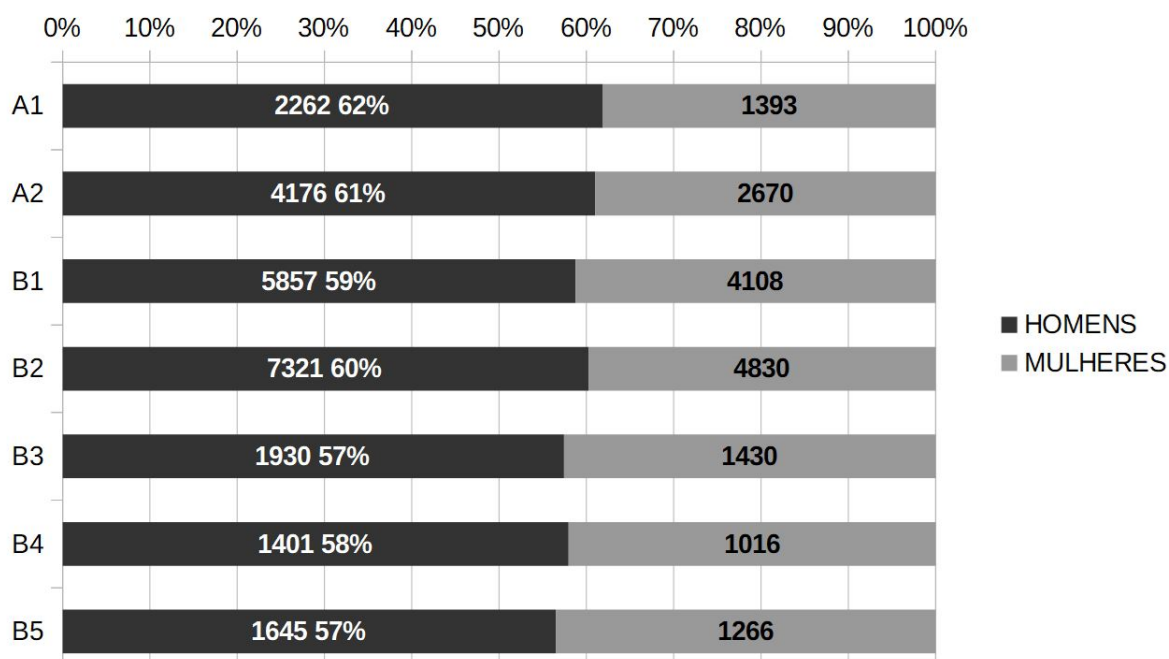


como, de um modo mais amplo «a implementação das reformas neoliberais dos anos 1990 não afetou somente aspectos objetivos das relações entre docentes, seus empregadores e protocolos de trabalho. Implicou um processo de redistribuição do poder social que acarretou modificações no próprio modo como cada grupo social se auto-representa, se pensa e configura seu destino social no trabalho e na própria sociedade» (Mancebo, 2010, p. 81).

Neste contexto, as atribuições delegadas aos(as) pesquisadores(as) aumentaram significativamente nos últimos anos com a adoção de metas de produtividade necessárias para a ascensão na carreira e cada vez mais pautadas em parâmetros quantitativos: número de artigos publicados, de *papers* redigidos, de livros ou capítulos escritos ou compilados, de trabalhos apresentados em congressos e similares, quantidade de palestras proferidas, de bancas avaliadas, de orientações de alunos em diversos níveis de investigação, entre outros. Bem como o arbítrio pretensamente qualitativo de agências de financiamento, sobretudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na avaliação de periódicos científicos e programas de pós-graduação é fortemente ancorado nos aspectos supracitados (Targino, 2010). Tais políticas fundadas no quantitativismo resultariam em significativo decréscimo na 'qualidade' das publicações científicas: Interessante observar que as experiências que tenho realizado no plano microeditorial, especialmente como editora de uma das principais publicações no cenário da produção científica educacional do país, levam-me às mesmas constatações e inquietações: há hoje, no mundo acadêmico, um grande desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros, forçado por uma política canhestra que busca estimular a produtividade. O contato cotidiano com as demandas inerentes à gestão de um periódico científico me permite afirmar que há uma proliferação de artigos de qualidade sofrível sendo produzidos em escala quase indústria (Rego, 2014, p. 33).

Desenvolvida com o intento de fomentar e gerenciar os programas de pós-graduação no país, a avaliação da CAPES gera controvérsias. Em vez de avaliar as dificuldades, potencialidades e a relevância das pesquisas para a instituição e região, os resultados consistem em planilhas de indicadores de produção dos(as) docentes avaliados(as) com enfoque, sobretudo, em periódicos melhores qualificados (Mancebo, 2010). Podemos depreender, conforme discutido na seção anterior, que a legitimação de uma dada produção científica é constantemente implicada por tensionamentos entre pessoas com distintas possibilidades de ação e de credibilidade em produzir certos efeitos no espaço acadêmico. O êxito de um artigo científico, desde o seu aceite para publicação à obtenção de um elevado número de citações, depende, entre outros aspectos «do número de atores na área, do caráter inédito do que está em jogo, da personalidade e da filiação institucional dos autores, das apostas e do estilo do artigo» (Latour e Woolgar, 1997, p. 268). Estas variáveis implicam mulheres e homens de modos distintos, uma vez que a vida acadêmica extrapola o recinto da universidade e ainda conserva muitos aspectos androcêntricos e tensionamentos evidentes entre os atores que instituem este campo (Pinto, 2017). Assim, enquanto campo de saber/poder, a ciência geográfica também é influenciada pela pressão estatal por produtividade e por relações generificadas entre os sujeitos que a (re)produzem (Silva *et al.*, 2015; Silva, 2009).

Com o intento inicial de obter elementos para a compreensão da impermeabilidade da geografia brasileira à abordagem de gênero, o Observatório da Geografia Brasileira (OGB), foi criado em 2008 pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-Brasil). Resultado de um intenso trabalho colaborativo, o OGB atualmente reúne dados de 28.823 artigos publicados entre 1939-2020 em 98 periódicos disponíveis on-line. A operacionalização desta pesquisa consistiu na busca cruzada das variáveis "código do artigo", "sexo(s) da(s) autoria(s)", "ano" e "conceito Qualis" (Avaliação 2013-2016) de 20.865 publicações entre 1998-2018 em 97 revistas disponíveis. A Figura 1 compreende o total de autorias (individuais e coletivas), deste referido montante, segmentadas por sexo e por estrato avaliativo.



**Figura 1.** Total de autorias em 20.865 artigos avaliados na Área de Geografia no Brasil – por sexo e estrato

Fonte: OGB. Elaboração própria

Os resultados indicam, primeiramente, que do total de autorias (41.305) aquelas identificadas enquanto sendo de homens correspondem a 60% (24.592). Contudo, quando consideradas as produções por estrato Qualis este grupo é ainda maior atingindo 62% nas revistas classificadas como A1. Ao passo que, em relação às autorias conferidas às mulheres, a maior parcela de participação ocorre em estratos menos qualificados, cujo percentual não ultrapassa 43% no B5.

No Quadro 1 é comparada a participação, mesmo que única dentre um coletivo de pessoas, na autoria de artigos entre mulheres e homens.

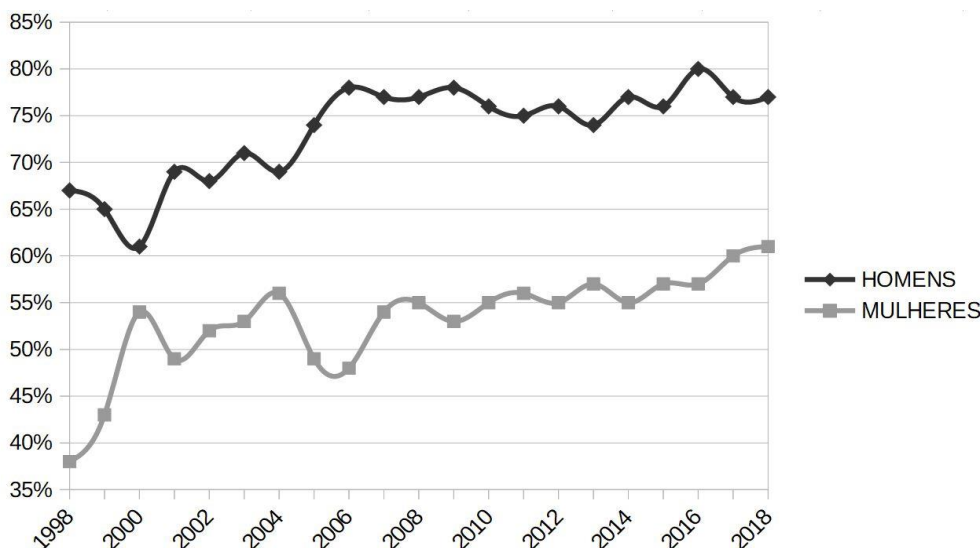
Estratos	Nº artigos	Mulheres	Homens
A1	2001	1044 (52%)	1519 (76%)
A2	3326	1841 (55%)	2626 (79%)
B1	4948	2862 (58%)	3760 (76%)
B2	5804	3301 (57%)	4442 (77%)
B3	2002	1060 (53%)	1429 (71%)
B4	1291	727 (56%)	954 (74%)
B5	1493	853 (57%)	1116 (75%)
Total	20865	11688 (56%)	15846 (76%)

**Quadro 1.** Relação de autoria em 20.865 artigos avaliados na Área de Geografia no Brasil – por sexo e estrato

Fonte: OGB. Elaboração própria.

A tendência de menor representatividade da produção de mulheres quanto mais qualificado for o estrato avaliativo é deveras evidente quando se constata que dos 2001 artigos publicados no estrato A1, em 957 destes (48%) não existe a presença, mesmo que compartilhada, de nenhuma mulher na autoria do conjunto. Se trata, com as devidas considerações, de repetir o protesto *On Not Excluding Half of the Human in Human Geography* (Monk e Hanson, 1982). Ademais, também é expressivo que no estrato A2 a presença masculina ocorra em praticamente 79% dos artigos, ante 55% entre as mulheres.

Ao passo que a Figura 2 ilustra tais percentuais nas autorias no curso do período 1998-2018.



**Figura 2.** Percentual de autorias em 20.865 artigos avaliados na Área de Geografia no Brasil – por sexo e ano

Fonte: OGB. Elaboração própria.

O perfil de representatividade na produção científica das mulheres apresenta uma pequena, mas consistente, tendência de alta na última década. Ao passo que, no caso dos homens, a tendência permanece relativamente estável em igual período, apesar da crescente feminização do campo da geografia brasileira (César, 2019).

Um dos fatores a ser considerado para a compreensão das disparidades de produção científica entre os gêneros diz respeito aos empecilhos na formação e na condução da carreira acadêmica. De acordo com um amplo relatório da Comissão Europeia para Pesquisa e Inovação, com dados de mais de 30 países, a discriminação de gênero nas universidades ocorre em dois níveis estreitamente ligados. O primeiro é a falta de apoio na promoção da carreira científica, que leva, muitas vezes, ao desânimo. O segundo se refere a procedimentos de avaliação e concessão de financiamentos e as posições acadêmicas, as quais não são independentes das relações de gênero na academia e na sociedade em geral. Interrupções na carreira foram relatadas por 40% das mulheres e apenas 8% dos homens em um estudo com 3.400 docentes de 70 universidades inglesas, sendo no caso das mulheres demandada por questões principalmente familiares. Do mesmo modo, a proporção de mulheres que já esteve ou se encontrava em regime de dedicação parcial no trabalho acadêmico foi o triplo do caso masculino. Assim como, um levantamento em instituições de pesquisa estadunidenses sobre desistência da carreira científica registrou que as mulheres o fizeram 28% a mais que os homens. Estes alegaram baixos salários e falta de perspectivas de promoção para tanto, ao passo que elas relataram

dificuldades em equilibrar trabalho e vida pessoal e a existência de colegas não-amigáveis no ambiente laboral (European Commission, 2012).

O período dispendido para a formação acadêmica também é um fator importante para compreender a produção intelectual. Nos últimos anos a exigência da conclusão do doutorado para concorrer à maioria dos cargos de docência em nível superior demandou a realização destas etapas em um tempo menor. Juntamente com a devida titulação são avaliadas as publicações científicas, as quais são resultantes muitas vezes de monografias, dissertações, teses e demais projetos. Interrupções na formação de um(a) pesquisador(a) terão impacto direto na competitividade do currículo, bem como na articulação da rede informal de contatos, importante para o ingresso em qualquer meio produtivo (European Commission, 2012). Considerada a formação acadêmica dos corpos docentes de programas em pós-graduação em geografia na unidade federativa brasileira Paraná, foi verificado que as mulheres demandaram um intervalo médio de tempo maior que os homens: 21,95% adicionais para o ingresso no mestrado e 50% mais duradouro antes de iniciar o doutorado (Pinto, 2017).

No contexto da Geografia na Austrália, verificamos semelhanças com a realidade no Brasil. Foram analisadas as publicações em dois importantes periódicos da área, o *Australian Geographical Studies/Geographical Research* e o *Australian Geographer*, no período 1973-2012, nos quais a autoria masculina de artigos correspondia a aproximadamente 60% ou mais do total abarcado. Considerando-se o ano de 2012, constatou-se que as mulheres correspondem a menos de 27% dos componentes dos departamentos de Geografia nas universidades australianas (Johnson, 2012.).

O foco no desempenho das mulheres na ciência envolve aspectos diversos (Olinto, 2011). Estudos internacionais sugerem que há diferenças de produtividade em prol dos homens, mas, que essas diferenças se concentrariam na fase inicial da carreira científica. Em uma fase posterior, as mulheres passariam a demonstrar maior vigor profissional em relação à ala masculina, quando a carreira destes tende a se estabilizar e a delas adquire consistência. Van Arensbergen *et al.* (2012) ao investigarem No contexto da produção científica no campo das ciências sociais na Holanda, também ocorrem diferenças significativas de produtividade entre homens e mulheres de gerações distintas. A partir de um universo analisado de 852 profissionais foi constatado que as pesquisadoras da geração mais nova (com cerca de três anos após o doutoramento) estão produzindo artigos com o mesmo volume que os homens e, obtendo, inclusive, mais citações (Van Arensbergen *et al.*, 2012).

Contudo, apesar da crescente participação feminina no campo geográfico ainda existem resistências e tensionamentos oriundos de controvérsias sobre posicionamentos político-ideológicos e orientações teórico-metodológicas entre os sujeitos produtores do conhecimento. O saber geográfico brasileiro é feito e refeito a partir de elementos organizacionais, como a produção científica e a orientação epistemológica, estando constantemente conformado na prática cotidiana e estando submetido aos sistemas legais e institucionais que normatizam e avaliam o fazer científico (Silva, 2009).

O enfoque dado aos sistemas, processos e estruturas ignora todo um conjunto de atividades subalternizadas e que estão diretamente vinculadas com a manutenção deste circuito valorizado, como sucede com o trabalho doméstico, massivamente realizado por mulheres e fundamental para a formação e o condicionamento de mão-de-obra que irá atuar, sobretudo, no espaço público (Carrasco, 2001). Nas últimas décadas, o regime de acumulação capitalista flexível resultou em modelos de inserção profissional que possibilitaram jornadas de trabalho menos rígidas, criando, assim, oportunidades para o aumento da participação feminina nos setores produtivos e de serviços. Entretanto, desde então, as mulheres estão com cada vez mais dificuldades em conciliar o tempo e o trabalho, tanto na esfera pública como na privada: «Em consequência, se termos em conta, por uma parte, os processos de flexibilização da produção - definidos como uma nova racionalização do tempo - e que supostamente beneficiariam a trabalhadoras e trabalhadores ao permitir um maior poder de decisão sobre sua organização laboral e familiar e, por outra, as mudanças experimentadas pelo

modelo familiar e a rigidez que exigem as tarefas de cuidados, a flexibilização imposta desde a empresa está implicando uma difícil 'conciliação' entre o tempo de trabalho e os tempos das atividades públicas e de relações, particularmente para a população feminina que experimenta não apenas dificuldades consideráveis para estruturar suas vidas, mas também uma contínua tensão e contradição ao solapar tempos de dimensões tão diferentes» (Carrasco, 2001, p. 21-22)<sup>4</sup>.

Estas questões também se relacionam, fundamentalmente, com distintas concepções e valorações sobre o trabalho humano. É controversa a noção de trabalho desenvolvida a partir do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) pautado na ação de potência do homem sobre a natureza, processo no qual a transforma, lhe confere formas, produz utensílios, bem como se modifica a si próprio. Esta perspectiva estabelece o trabalho enquanto assexuado, projetando o homem como sujeito universal e desconsiderando a diversidade de trocas entre os seres humanos e a natureza, bem como as mulheres neste contexto (Hirata e Zarifian, 2003).

Outro problema consistiria na tendência de naturalizar e fixar as relações homem-natureza, colocando-as como base imutável da produção da vida humana, enquanto que as relações sociais, as condições sociais do trabalho são historicizadas; dificultando este tipo de abordagem sobre o trabalho, sobretudo a partir da categoria de gênero, fundamentada nas inter-relações históricas e sócioespaciais. O trabalho doméstico, neste seguimento, é entendido como antípoda da noção de trabalho convencional sobre a natureza, pautada na transformação e na objetificação, uma vez que está ligado às atividades reprodutivas no bojo da família e é fundado na disponibilidade materna e conjugal das mulheres. Sendo o labor doméstico o modo privilegiado de expressão do amor na esfera do privado (Outro problema consistiria na tendência de naturalizar e fixar as relações homem-natureza, colocando-as como base imutável da produção da vida humana, enquanto que as relações sociais, as condições sociais do trabalho são historicizadas; dificultando este tipo de abordagem sobre o trabalho, sobretudo a partir da categoria de gênero, fundamentada nas inter-relações históricas e sócioespaciais. O trabalho doméstico, neste seguimento, é entendido como antípoda da noção de trabalho convencional sobre a natureza, pautada na transformação e na objetificação, uma vez que está ligado às atividades reprodutivas no bojo da família e é fundado na disponibilidade materna e conjugal das mulheres. Sendo o labor doméstico o modo privilegiado de expressão do amor na esfera do privado (Hirata e Zarifian, 2003).

Do mesmo modo, o trabalho e a vivência humana em seus aspectos espaciais se encontram inexoravelmente ligados aos atributos temporais na cotidianidade. O indivíduo é indivisível, conseqüentemente não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, apesar das facilidades propiciadas pelo espaço virtual e digital. A concomitante maneira de como utilizamos o tempo e nos localizamos espacialmente também é implicada diretamente pelas relações sociais que articulamos (Davies, 2003). A imaginação de que existe uma separação entre as espacialidades ditas públicas e privadas mascara as relações de gênero e suas implicações na produção científica (Pinto, 2017.) e, sobretudo, em tempos de pandemia as mulheres pretas (com ou sem filhos) e mulheres brancas (com ou sem filhos) são as mais afetadas nos afazeres acadêmicos (Parent in Science, 2020).

---

<sup>4</sup> Tradução livre. No original: "En consecuencia, si tenemos en cuenta, por una parte, los procesos de flexibilización de la producción – definidos como una nueva racionalización del tiempo- y que supuestamente beneficiarían a trabajadoras y trabajadores al permitirles un mayor poder de decisión sobre su organización laboral y familiar y, por otra, los cambios experimentados por el modelo familiar y las rigideces que exigen las tareas de cuidados, la flexibilización impuesta desde la empresa está implicando una difícil 'conciliación' entre el tiempo de trabajo y los tiempos de las actividades públicas y de relaciones, particularmente para la población femenina que experimenta no sólo dificultades considerables para estructurar sus vidas, sino también una continua tensión y contradicción al solapar tiempos de dimensiones tan diferenciadas (Carrasco, 2001, p.21-22).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discrepância generificada tanto na valoração quanto na produção de artigos na geografia brasileira reporta para aspectos imanentes ao fazer científico moderno, cuja violência epistêmica satanizou as mulheres e suas práticas cognoscentes (Lugones, 2014). Constantes preconceitos sobre a capacidade racional e a necessidade de uma suposta maior competitividade acadêmica para as mulheres, bem como empecilhos no estabelecimento de contatos nas redes informais de gerência e veiculação de periódicos também estariam relacionadas neste contexto (Aquino, 2006; García Ramon *et al.*, 2011). As relações espaciais e as exigências temporais envolvendo o lar e o trabalho são inerentemente generificadas, não constituindo meramente abstrações (Davies, 2003). A controversa naturalização das espacialidades acadêmicas enquanto neutras do ponto de vista do gênero e das atividades domésticas e de cuidado como essencialmente femininas consiste em um forte entrave para a implementação de ações que valorizem as mulheres na ciência e suscitem a multiplicidade epistemológica. Em suma, a geografia produzida no Brasil no curso das últimas duas décadas cresceu de modo expressivo, seja na expansão das espacialidades de enunciação e veiculação, e, mesmo, de atores e conteúdos. Todavia, o perfil androcêntrico nas principais estantes do campo científico geográfico brasileiro persiste e, assim, nos desafia enquanto seres implicados nas geometrias de poder.

#### REFERENCIAS

- Alves, R. (2003). *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e às suas regras*. Edições Loyola.
- Aquino, E. M. (2006). Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. Em Brasil. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Ed.), *Pensando gênero e ciência: Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas* (pp. 11-24). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Bastos, V. (3 de setembro de 2014). *Classificação de Periódicos no Qualis/Capes*. [http://www.biblioteca.ics.ufpa.br/arquivos/QUALIS-rev\\_26\\_11.pdf](http://www.biblioteca.ics.ufpa.br/arquivos/QUALIS-rev_26_11.pdf)
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Editora UNESP.
- Brasil. (2019). Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Requisitos para Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN) Área 36: Geografia*. [http://uab.capes.gov.br/images/Criterios\\_apcn\\_2019/GEOGRAFIA.pdf](http://uab.capes.gov.br/images/Criterios_apcn_2019/GEOGRAFIA.pdf). [5 de novembro de 2020].
- Brasil. (29 de maio de 2022). Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. *Cursos avaliados e reconhecidos*. <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>
- Carrasco, C. (2001). La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, 82, 43-70.
- Castro, I. E. D. (2010). O poder e o poder político como problemas. Em I. E. D. Castro (Ed.), *Geografia e Política: territórios, escalas de ação e instituições* 3 ed. (pp. 95-137). Bertrand Brasil.
- César, T. R. A. D. O. (2019) *Gênero, trajetórias acadêmicas e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro* [Tesis doctoral, TEDE-UEPG ].
- Davies, K. (2003). Responsibility and daily life: reflections over timespace. Em J. May & N. Thrift, (Eds.), *Timespace: geographies of temporality* (pp. 113-14). Routledge.
- European Commission. (2012). *Meta-analysis of gender and science research: synthesis report*. Publications Office of the European Union.

- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Graal.
- Fourez, G. (1995). *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. Editora UNESP.
- García, M. I. G., & Sedeño, E. P. (2002). Ciencia, tecnologia y género. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad y Innovación*, 2, 1-19.
- García-Ramon, M. D., Ortiz, A. & Pujol, H. (2011). Universidade e gênero na Espanha: trajetórias acadêmicas de docentes na geografia. Em J.M. Silva; M. J. Ornat & A. B. Chimin Junior (Orgs.), *Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas* (pp. 43-63). Todapalavra.
- Gregory, D., Johnston, R. Pratt, G., Watts, M., & Whatmore, S. (2009). *The dictionary of Human Geography*. Wiley Blackwell, 5 ed.
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cardernos Pagu*, 5, 7-41.
- Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola.
- Hey, A. P. (2007). Bourdieu epistêmico-prático: o espaço de produção acadêmica em Educação Superior no Brasil. *Educação & Linguagem*, 10(16), 86-105.
- Hirata, H., & Zarifian, P. (2003). O Conceito de trabalho. Em E. Marli, M. Teixeira, M. Nobre & T. Godinho (Eds.), *Trabalho de cidadania ativa para as mulheres: Desafios para as Políticas Públicas* (pp. 65-70). Coordenadoria Especial da Mulher.
- Jacob, M. (1988). *The Cultural Meaning of the Scientific Revolution*. Temple University Press.
- Johnson, L. C. (2012). Feminist Geography 30 Years on – They Came, They Saw But Did They Conquer? *Geographical Research*, 50 (4), 345-355.
- Latour, B., e Woolgar, S. (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Relume Dumará.
- Louro, G. L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935 – 952.
- Mancebo, D. (2010). Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. *Revista Portuguesa de Educação*, 23(2), 73-91.
- Mariutti, E. B. (2009). *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*. Aderaldo & Rothschild.
- Massey, D. B. (1993). Power geometry and a progressive sense of place. Em J. Bird, B. Curtis., T. Putnam & L. Tickner (Eds.), *Mapping the futures: local cultures, global change* (pp. 59-69). Routledge.
- Massey, D. B. (1999). Imagining globalisation: power-geometries of time-space. Em A. Brah., M. Hickman & M. M. Ghail (Eds.), *Global Futures, Migration, Environment and Globalization* (pp. 27–44). Macmillan.
- Massey, D. B. (2000). Um sentido global de lugar. Em A. Arantes (Ed.), *O espaço da diferença* (pp. 176-185). Papyrus.
- Massey, D. B. (2015). *Pelo espaço: uma nova política de espacialidade*. Bertrand Brasil.
- Monk, J., & Hanson, S. (1982). On Not Excluding Half of the Human in Human Geography. *The Professional Geographer*, 34 (1), 11-23.
- Mugnaini, R., Damaceno, R.J.P., Digiampietri, L.A., & Mena-Chalco, J.P. (2019). Panorama da produção científica do Brasil além da indexação: uma análise exploratória da comunicação em periódicos. *Transinformação*, 31, 1-15.
- Olinto, G. (2011). A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, 5(1), 68-77.

- Parent in Science (5 de maio de 2020). *Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade*. [https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b\\_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf](https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf)
- Pinto, V. A. M. (2017). *Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense* [Tesis magister, TEDE-UEPG].
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do Poder e Classificação Social. Em B. D. Sousa Santos e M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp.73-118). Almedina.
- Ratts, A. J. P. (2011). Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. *NGUZU*, 1(1), 28-39.
- Rego, T. C. (2014). Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. *Educação e Pesquisa*, 40(2), 325-346.
- Santos, A. E. C. D. (2020). *Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a multiplicidade espacial*. [Tesis doctoral, TEDE-UEPG].
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Schienbinger, L. (2001). *O Feminismo Mudou a Ciência?* EDUSC.
- Silva, J. M. (2009). *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Todapalavra.
- Silva, J. M., Cesar, T. R. A. D. O., & Pinto, V. A. M. (2015). Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. *Revista da Anpege*, 11(15), 185-200.
- Targino, M. D. G. (2010). Produção Intelectual, Produção Científica, Produção Acadêmica: facetas de uma mesma moeda? Em R. G. Curty (Ed.), *Produção Intelectual no Ambiente Acadêmico* (pp. 31-45). UEL/CIN.
- Van Arensbergen, P., Van der Weijden, I. & Van der Besselaar, P. (2012). Gender differences in scientific productivity: a persisting phenomenon? *Scientometrics*, 93(3), 857-868.
- Velho, G. (2003). Trajetória individual e campo de possibilidades. Em G. Velho (Ed.), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas* (pp. 31-48). Zahar.

© Copyright: Vagner André Morais Pinto, 2023

© Copyright Biblio3W, 2023

Ficha bibliográfica: PINTO, Vagner André Morais. O perfil androcêntrico da geografia brasileira em periódicos on-line (1998-2018). Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XXVIII, nº II, 2023 [ISSN: 1138-9796].